

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

DIMENSIONAMENTO E LOCALIZAÇÃO DA REDE ESCOLAR NOS
MUNICÍPIOS DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, COLATINA,
LINHARES, NOVA VENÉCIA E SÃO MATEUS

VOLUME 1



INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

110-015
1 A
v 1

DIMENSIONAMENTO E LOCALIZAÇÃO DA REDE ESCOLAR NOS
MUNICÍPIOS DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, COLATINA,
LINHARES, NOVA VENÉCIA E SÃO MATEUS

VOLUME I

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

DIMENSIONAMENTO E LOCALIZAÇÃO DA REDE ESCOLAR NOS
MUNICÍPIOS DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, COLATINA,
LINHARES, NOVA VENÉCIA E SÃO MATEUS

VOLUME I

NOVEMBRO/80

GOVERNO DO ESTADO

Eurico Vieira de Rezende

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Stélio Dias

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

Sebastião José Balarini - Diretor Superintendente

Antônio Luiz Borjaille - Diretor Técnico

EQUIPE TÉCNICA

SUPERVISOR

Sebastião José Balarini

COORDENAÇÃO

Márcia Grandi Monteiro de Tancredo - Arquiteta

TÉCNICOS

Dalila Maria Grandi Monteiro Peixoto - Arquiteta

Maria da Penha Lima Sodré - Pedagoga

Valtair Constantino - Arquiteto

TÉCNICO COLABORADOR

Fernando Lima Sanchotene

ESTAGIÁRIOS TÉCNICOS

Ana Lúcia Lopes da Silva

José Américo Carvalho

José Lauro Herzog Filho

Mônica Ricardo

CONSULTOR

Mayumi Watanabe de Souza Lima

EQUIPE DE APOIO DO IJSN

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - *Variáveis do planejamento*

QUADRO 2 - *Zona Urbana - Matrícula inicial - 1976 a 1980*

QUADRO 3 - *Quadro comparativo - Demanda e matrícula - Linhares - 1980*

QUADRO 4 - *Evasão nas 5 primeiras séries nas áreas rurais dos Municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, Linhares, Nova Venécia e São Mateus*

QUADRO 5 - *Situações - fatores considerados e pesos respectivos para o escalonamento de prioridades*

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - *Rede de Pré, 1ª e 2ª Graus*

GRÁFICO 2 - *Relação entre estabelecimentos de diferentes níveis*

ÍNDICE	PÁGINA
1. INTRODUÇÃO	7
1.1. PRESSUPOSTO DO TRABALHO	10
1.2. DIRETRIZES BÁSICAS	15
2. METODOLOGIA DE PLANEJAMENTO DA REDE DE PRÉDIOS ESCOLARES	18
2.1. PLANEJAMENTO DA REDE E DA UNIDADE	21
2.2. QUANTIFICAÇÃO E ESPACIALIZAÇÃO DA DEMANDA	26
3. SITUAÇÃO DA REDE ESCOLAR	30
3.1. LOCALIZAÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES NAS ZONAS URBANAS E <u>A</u> CESSIBILIDADES	34
3.2. CAPACIDADE INSTALADA DA REDE EXISTENTE E <u>ÁREAS DE INFLUÊN</u> CIA	40
3.3. SITUAÇÃO GERAL DA REDE ESCOLAR NA ZONA RURAL	44
4. ESTABELECIMENTO DE PRIORIDADES	51
4.1. CRITÉRIOS ADOTADOS PARA A INDICAÇÃO DE PRIORIDADES DE <u>A</u> TENDIMENTO NA ZONA URBANA	52
ANEXO 1 - ESTUDO DE QUANTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA DEMANDA, SEGUNDO NÍVEIS DE ENSINO, PARA OS MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, LINHARES, COLATINA, NOVA VENÉCIA E SÃO MATEUS, Vitória, 1980, IJSN.	

1.

INTRODUÇÃO

O estudo *Dimensionamento e Localização da Rede Escolar*, elaborado pela Fundação Jones dos Santos Neves, em convênio com a Secretaria de Estado da Educação, integra o rol de projetos setoriais de Governo que procuram diminuir as disparidades regionais e dar suporte ao desenvolvimento do Estado.

A primeira etapa, já em fase de implantação, procurou apresentar soluções para ordenar e minimizar os problemas decorrentes do acentuado crescimento da Aglomeração Urbana da Grande Vitória, verificado a partir das duas últimas décadas.

Dando prosseguimento a mais uma etapa, o estudo volta-se, agora, aos municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, Linhares, Nova Venécia e São Mateus, considerados polarizadores ou receptores do processo de migração e urbanização.

Essas áreas abrigam, hoje, expressivos contingentes populacionais de baixa renda, sendo, por isso, considerada, como meta prioritária, pela SEDU, a fim de contribuir para a melhoria da qualidade de vida das populações alvo.

Por isso mesmo, o estudo, apesar de se limitar apenas à quantificação e à qualificação das escolas da Rede Estadual, preocupa-se, também, com as propostas de adequação do sistema educativo face às novas realidades. Por isso mesmo, os equipamentos são considerados parte integrante e complementar da ação educativa, servindo de suporte físico e ambiental tanto para a proposta pedagógica, quanto para as atividades educacionais de toda a comunidade a qual se insere.

Espera-se, portanto, que a adequação do sistema de ensino à realidade atual se faça não só pela melhoria das condições físicas da rede escolar, mas, também, pelo estabelecimento de um programa básico de mudanças nas atuais condições de ensino dessas áreas.

Tais mudanças nos modelos pedagógicos se processam em ritmo lento e gradual, por força da estrutura educativa e dos recursos disponíveis, concomitantemente aos problemas gerados por causas externas.

Por isso, o trabalho procura ser compatível com os recursos humanos, financeiros e materiais do Estado e dos Municípios, adotando em princípio, os mesmos padrões propostos pela SEDU.

1.1.

PRESSUPOSTO DO TRABALHO

O desdobramento dos estudos, para os municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, Linhares, Nova Venécia e São Mateus é feito mediante a adoção dos mesmos pressupostos estabelecidos para a primeira etapa, dirigida para a Grande Vitória.

Parte-se do princípio de que os serviços educativos oferecidos à população sejam considerados instrumentos de apoio às políticas de desenvolvimento, adotadas pelo Estado. Hoje a administração pública recebe, em todos os níveis, mostras da necessidade de uma profunda revisão dos serviços à população, principalmente, levando em conta uma nova realidade política e econômica que vem se delineando.

Tal realidade aponta pelo menos duas variáveis fundamentais para o estudo dos serviços educativos:

- a crescente participação e organização, de caráter popular, envolvendo parcelas cada vez maiores da população trabalhadora, que passa a exercer uma pressão constante e justificada para obter a melhoria da qualidade de vida, quer em termos de condições de trabalho, quer em termos do seu habitat;
- o papel do Estado, como mediador dos interesses dos diferentes grupos, tem que se adaptar às exigências de um novo estágio do mesmo sistema econômico e político que, forçosamente, terá de absorver a participação coletiva como uma das variáveis para a obtenção de novos estágios de equilíbrios sócio-políticos.

Entende-se, pois, que os serviços educativos devam passar a ser analisados em função dos conteúdos do ensino que oferece, dos recursos humanos que os viabiliza, das condições materiais que tornam possível a ação pedagógica, da estrutura técnico-administrativa que os sustenta e da corre

lação entre eles e as formas de participação da população.

Dessa forma, o projeto *Dimensionamento e Localização da Rede Escolar* não pode ficar isolado desse contexto. Embora não ultrapasse os limites do seu universo de atenção, o projeto necessita ser tratado como parte integrante dessa revisão geral do sistema educativo.

Não basta, portanto, quantificar e qualificar as condições físicas do atendimento escolar existente, ampliando a rede através de novas escolas, inadequadas à realidade, embora novas.

É necessário repensá-las dentro de novas realidades, tendo em vista o processo educativo dos indivíduos, não como seres neutros, com necessidades iguais e universalizadas, mas como cidadãos que, ao ocuparem lugares determinados na produção, tiveram definidas as suas oportunidades e delimitadas suas experiências.

Ao Estado cabe assumir essa realidade, priorizando às populações de baixa renda, adequando o atendimento, segundo as necessidades reais. Igualar padrões de atendimento constitui uma forma desonesta de reforçar as desigualdades, através de uma aparente democratização que, partindo de situações defasadas, pretende medir resultados iguais, sem oferecer instrumentos adicionais para a competição dos menos favorecidos com aqueles já favorecidos.

Ainda nesse aspecto, a Educação - estendendo-se os diversos níveis administrativos e políticos - não poderá continuar a considerar apenas a faixa etária de 7 a 14 anos, em sua seriação ideal, como a de sua ação prioritária, porque essa não é a realidade do Espírito Santo, como de resto, não o é do Brasil; é voltar-se para as soluções que atendam a maioria da população escolarizável, levando em conta os atrasos no ingresso, as carências de diferentes ordens, procurando minimizá-las através do atendimento à infância e ao pré-escolar, de alimentação, saúde e transporte e outros programas complementares à ação educativa, e, sempre que possível, integrando-as aos demais serviços públicos e sociais.

Esse enfoque influi na avaliação da rede existente, no estabelecimento

de prioridades de atendimento e, principalmente, na localização de novas unidades, enfatizando os serviços que se destinam a recuperar as oportunidades negadas a parcelas majoritárias da população.

É importante ainda ressaltar que a oferta de serviços educativos não corresponde necessariamente à construção de equipamentos próprios. Ao contrário, deve-se assegurar a máxima flexibilidade de soluções, em resposta às múltiplas formas de organização e de participação que podem assumir as comunidades.

Significa ainda procurar maximizar o uso de espaços ociosos ou semiociosos, quando existentes na comunidade ou ainda desenvolver novos espaços, a partir das condições concretas que cada grupo apresenta e conquistar gradativamente novos espaços.

Mas ainda: as soluções podem situar-se no âmbito de uma nova política de recrutamento, preparação e valorização dos recursos humanos ou ainda de um estudo sério de adequação do currículo à realidade da população.

Compreende-se, assim, que não pode haver um padrão único e constante para os equipamentos, mas um padrão dinâmico, capaz de se adequar a um gradativo aperfeiçoamento, às condições e aos recursos existentes.

Contudo, se os equipamentos não devem constituir obstáculos para a implantação de serviços educativos, também não podem deixar de atender aos requisitos essenciais para o seu funcionamento, sem as quais a própria ação educativa se vê impossibilitada de se realizar.

Esses requisitos, de natureza funcional, compõem um núcleo essencial básico para a prestação dos serviços pretendidos, assegurada a flexibilidade de adaptações que serão introduzidas ao longo do seu uso, conforme necessidade crescente da população e da própria escola.

Ao mesmo tempo, apesar da grande diferença existente entre as comunidades, considerada a população alvo, há uma similaridade de natureza sócio-econômica e cultural que unifica a aparente individualidade dos grupos e das soluções; em função das condições de origem, renda, escolaridade, emprego e todos os demais indicadores de qualidade de vida, há uma semelhança das exigências essenciais ao atendimento à família e à criança.

Essas semelhanças reportam-se às más condições de nutrição, de saúde e de oportunidades educativas das crianças; da situação de trabalho dos pais e, em particular da mãe; da espacialização das populações e das distâncias a serem percorridas.

Elas definem, com relação à rede de prédios escolares, espaços indispensáveis para a realização do conjunto de ações que - embora não constituam responsabilidades exclusivas da Secretaria de Educação - influem diretamente no rendimento escolar ou, mais precisamente, no desenvolvimento do aluno e da comunidade. Uma vez que esse desenvolvimento seja o objetivo último da escola, os programas de atendimento complementares têm tanta importância quanto àqueles exclusivamente curriculares.

Tais características, associadas às hipóteses de estruturação pedagógica e administrativa adotadas pela SEDU, expressas nos modelos curriculares, ou em novos estudos, permitem estabelecer padrões-modulares como unidades de confronto para a avaliação das escolas existentes ou para a programação de novas construções e ampliações, em função da demanda.

Alteram-se, assim, as faixas etárias, consideradas até o momento como imediatamente escolarizáveis, como também o dimensionamento das redes que irão servir aos novos contingentes de população e as funções que devem ser exercidas pela escola, como por exemplo, a de complementação nutricional e de saúde.

Prever essas necessidades, a tempo de conduzir as soluções, com os recursos permanentemente limitados é um problema que aflige a todos os níveis da administração pública e constitui o objeto de trabalho do planejamento.

Para tanto, há necessidade de uma relação estreita entre planejamento e tomada de decisões a nível político. Surge, então, a necessidade de interação contínua, desta vez entre os planejadores e os centros de decisões, a fim de assegurar que o processo esteja voltado para a consecução dos objetivos comuns à população e aos que tem o poder de aprovar ou rejeitar planos. Evita-se, através de uma interação adequada, o risco de um distanciamento entre as soluções técnicas e as soluções políticas, prejudicando a viabilização das soluções.

1.2.

DIRETRIZES BÁSICAS*

As diretrizes para uma política de ação e de formulação de um plano para a rede física, no campo dos serviços educativos, devem ser traçadas dentro de uma política de equipamentos urbanos, entendendo-se que a Administração Pública - em diferentes níveis e de forma articulada - cabe levar em consideração não apenas as necessidades primárias de escolarização mínima da população, mas também ressaltar a responsabilidade de estimular e ampliar as expectativas de desenvolvimento das populações de cada município.

Neste sentido, a implantação dos equipamentos urbanos deve ser determinada pela possibilidade de melhorar a qualidade de vida da população através da difusão de melhores condições que o equipamento pode favorecer.

Os equipamentos coletivos, nos quais se inserem as escolas, configuram-se assim, como facilitadores do processo de urbanização e de relacionamento dinâmico entre indivíduos e grupos de origens e formação variadas.

Dentro dessa dinâmica populacional, que se dá e continuará se dando nas regiões, especial enfoque deve ser dado aos contingentes migratórios que trazem, no seu bojo, carências cumulativas, exigindo programas especiais de aceleração e recuperação para que se torne possível a competição pronta nos programas comuns.

Tal concepção diferencia os próprios critérios de localização e dimensionamento dos equipamentos, bem como indica as prioridades de atendimento.

*Reprodução parcial do doc. *Dimensionamento e Localização da Rede Escolar na Grande Vitória* - Vol. 1. Fundação Jones dos Santos Neves. 1979/1980.

As diretrizes recomendadas a seguir são sugestões de orientação para o estabelecimento de programas, partindo da identificação da oferta e da demanda em cada município, das regiões polarizadoras:

- a) na estrutura global de cada município, o equipamento escolar deverá representar instrumento facilitador do processo de urbanização e de socialização, especialmente da população de baixa renda, através das crianças menores;
- b) a participação dos adultos dar-se-á através dos seus filhos e dos serviços complementares e extensivos aos pais, na escola e inerentes à educação, estimulando-se a possibilidade de desenvolver atividades do grupo adulto, para plena e múltipla utilização do equipamento; coloca-se também nesta perspectiva, a ação integrada de duas ou mais secretarias - Saúde e Promoção Social - para prestar serviço junto às escolas;
- c) especial atenção se dará à reserva de terrenos, visando a implantação gradual das futuras escolas, face à ocupação prevista tanto nos loteamentos e conjuntos habitacionais, quanto as áreas de invasão das periferias e centros;
- d) a ampliação do atendimento escolar também deverá ser gradual, tanto em volume - número de vagas oferecidas, volume de prédios construídos etc - quanto em programas, de modo a assegurar a contínua melhoria e abrangência dos serviços;
- e) caberá verificar a possibilidade e a conveniência de se definir as responsabilidades municipais e as estaduais para que os equipamentos de caráter estritamente locais como as pré-escolares possam passar para o encargo do município; ao mesmo tempo, verificar a possibilidade de municipalização do ensino de 1º Grau, através de uma alteração na distribuição dos recursos, desde que assegurada a unidade qualitativa dos programas pela Secretaria de Educação do Estado;

- f) em vista dos padrões dinâmicos que devem nortear a rede, os próprios equipamentos obedecerão programas, a princípio, bem simplificados, prevendo-se, a longo prazo, ampliações de melhoria;
- g) implantar e manter uma equipe permanente de planejamento de construções escolares na SEDU.

2. METODOLOGIA DE PLANEJAMENTO DA REDE DE PRÉDIOS ESCOLARES

Basicamente, a metodologia proposta consiste no estabelecimento de uma correlação entre oferta e demanda e entre os recursos disponíveis e as metas possíveis de serem atingidas, sempre com vistas à expansão e melhoria dos serviços educativos, através de aproximações e seleções sucessivas das situações-problemas.

As variáveis *recursos* e *metas* são, por sua vez, relacionadas com a oferta e a demanda e estabelecem o padrão de atendimento em cada nível de ensino.

O padrão de atendimento e de dimensionamento espacial é um indicador dinâmico, comparativo, definido no tempo e no espaço sócio-econômico. Supõe a aceitação de um nível quantitativo e qualitativo de atendimento a que se pretende chegar, válido para um determinado período de tempo, estabelecido em função do nível de atendimento existente (capacidade e oferta instaladas) e das condições impostas para a sua alteração (nível e condições de desenvolvimento e disponibilidade de recursos).

Trata-se portanto de um indicador assumido ou adotado a partir de uma política de intervenção da Prefeitura e do Estado no setor, e que define a demanda, seu volume, suas características, e, em consequência, os programas a serem desenvolvidos.

A escola, em cada nível, pressupõe atividades básicas, algumas livres, outras controladas, que exigem para a sua realização, uma estrutura organizacional, institucional e técnica para a qual se procura o suporte físico adequado.

O equipamento escolar obedece, assim, a propostas teóricas de funcionamento que visam atingir objetivos definidos de educação. O resultado espacial dessa interpretação da escola em ação constitui a Especificação Escolar ou quando mais simplificado, Programa Arquitetônico.

Tem-se aqui definidos, portanto, dois universos interligados na localização e na produção dos espaços voltados para a educação e, em particular, para o ensino regular, cujo planejamento apresenta metodologias próprias:

- ao nível de uma rede de serviços e equipamentos coerente com os objetivos e metas de atendimento à população, assegurada a acessibilidade integrada à rede de equipamentos sociais urbanos ou rurais;
- ao nível de cada unidade escolar, incorporado à rede escolar, em cada nível de ensino e adequado às expectativas e necessidades/condições da população local ou regional.

2.1.

PLANEJAMENTO DA REDE E DA UNIDADE

O planejamento da rede trata dos aspectos globais das condições de atendimento em confronto com as necessidades de demanda e responde às perguntas:

- quais as características e o volume da demanda em determinado nível de ensino?
- que condições de atendimento a essa demanda existem na rede escolar desse mesmo nível?
- que possibilidades se apresentam para melhorar o atendimento existente, não só equilibrando a oferta com a demanda, mas estimulando a ampliação qualitativa e quantitativa da demanda?

A *primeira pergunta* leva à estimativa da população-clientela para o nível de ensino considerado, levando-se em conta possíveis desvios devido ao atraso no desenvolvimento sócio-econômico e cultural da população, como se verifica no ensino de 1º Grau. Estes mesmos desvios poderão ser grandemente corrigidos através de medidas preventivas na fase da pré-escola, particularmente para as populações de baixa renda. Daí a prioridade de que deve ser dada à pré-escola como requisito para o bom desempenho do sistema escolar no 1º Grau.

Em seguida, esta população será confrontada com as metas estabelecidas pela política de educação traçadas pelas Administrações Públicas definindo-se assim o padrão de atendimento, a ser revisto e atualizado anualmente:

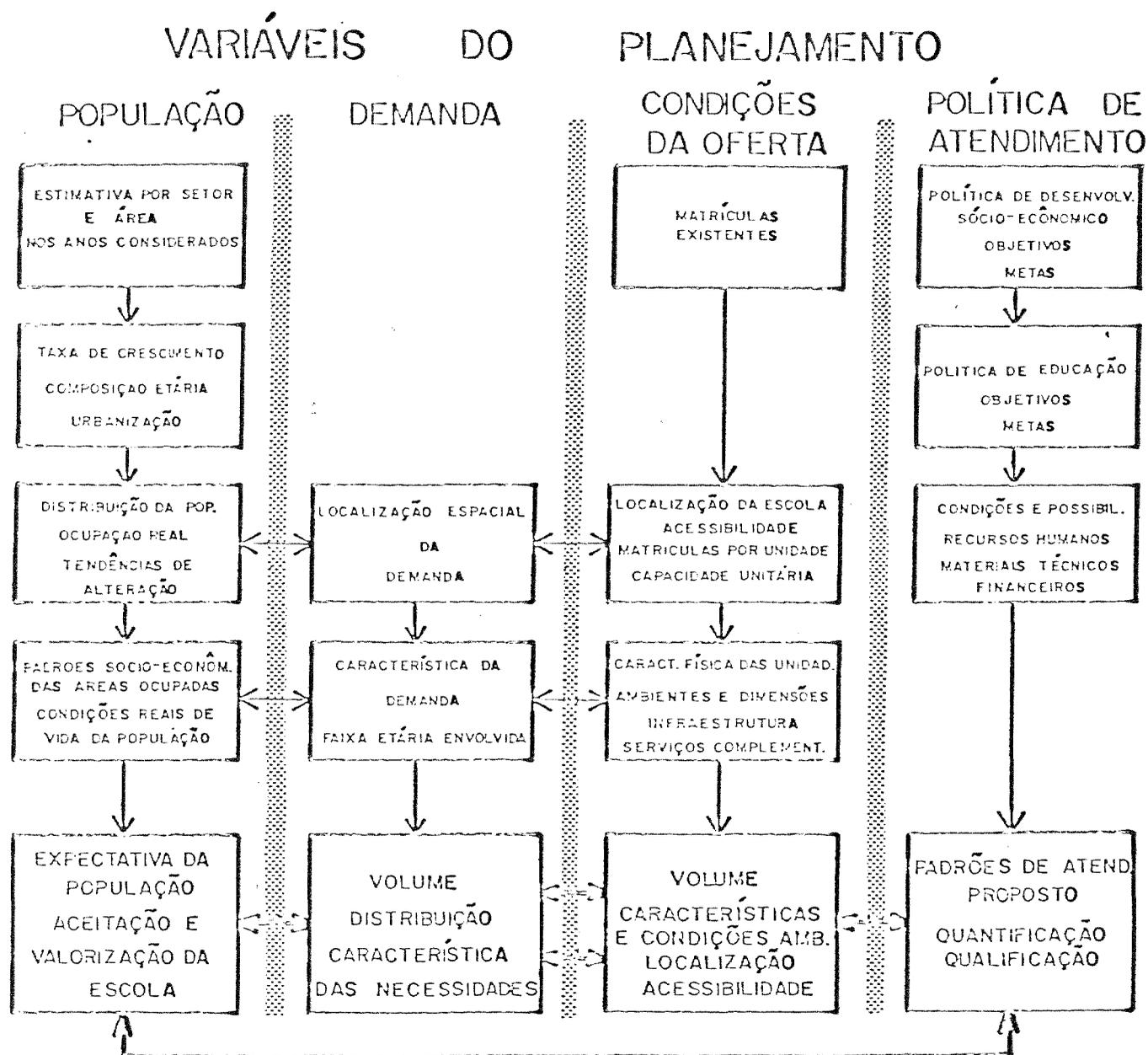
- a) faixa etária considerada pelo serviço a ser oferecido;
- b) % dessa faixa que constituirá a demanda, em função do crescimento e comportamento da população e das tendências que se tem manifestado, da do o curto período de tempo a se considerar = 4 anos;
- c) % dessa demanda que a Administração Pública se propõe a atender em cada ano, dentro da viabilidade que seus recursos apresentam, distribuídos os programas entre Estado e os Municípios.

O estabelecimento de prioridades faz-se em função da limitação dos recursos e das condições da carência maior das populações na composição sócio-econômico da área em estudo.

Sob qualquer ponto de vista, porém, trata-se de traçar o quadro da demanda/necessidade em confronto com as possibilidades da oferta de atendimento.

Esquemáticamente, pode-se estabelecer o procedimento, conforme quadro Variáveis do Planejamento, a seguir. (Quadro 1)

QUADRO 1



A *segunda indagação* leva ao levantamento e organização das informações da rede física de prédios destinados a cada nível de ensino, considerando:

- a) a capacidade de atendimento, em função do número de períodos e número de crianças que se pretende atender por turma; verifica-se, mais uma vez aqui, que esta capacidade depende do padrão adotado, para um determinado prazo de tempo. Por exemplo, pode-se pretender que nos dois primeiros anos, as pré-escolas funcionem em 2 períodos, a fim de dobrar a capacidade de oferta; melhorando as condições dessa oferta, as mesmas unidades poderão passar a oferecer seus serviços em tempo integral pelo menos à parte da demanda com vistas a melhor atender às condições da mulher que trabalha; ou ainda, para um período de treinamento dos recursos humanos, as escolas poderão funcionar sem preencher toda a sua capacidade e, portanto, com um número menor de crianças e aumentá-lo posteriormente até atingir o número ideal por grupo ou turma; para o ensino de 1º Grau pode-se admitir que nas escolas de fácil acesso o atendimento inicial se dê em 3 períodos, enquanto o 2º Grau, em algumas unidades próximas aos locais de trabalho funcionassem no período noturno exclusivamente;
- b) as condições de dimensionamento e qualificação de ambientes e de materiais permanentes que são encontrados genericamente nas escolas da rede, de modo a assegurar não só a igualdade de atendimento, mas a adequação desse atendimento, face às necessidades de cada população.

A *terceira* diz respeito à política econômica e social mais ampla que não somente inclui o Estado e as Prefeituras Municipais, mas o próprio país, pois, é através dela que a destinação dos recursos pode ser definida ou até mesmo obtida.

O planejamento da unidade parte sempre de uma hipótese de funcionamento e de organização que constitui um modelo teórico de dimensionamento e de qualificação ambiental, que orienta não só as futuras construções como também, identifica as adaptações que deverão ser efetuadas nas escolas existentes. (*)

Nos dois níveis de planejamento, a necessidade de um sistema de informações é evidente. Esse sistema terá de ser compatível com o sistema de informações educacionais do Estado, mas também de fácil acesso e manipulação para os técnicos de planejamento educacional e urbano do Estado e das Prefeituras.

*Especificações Escolares. Vol.VII. Anexo VI - Dimensionamento e Localização da Rede Escolar da Grande Vitória - Fundação Jones dos Santos Neves - 1979/1980.

2.2.

QUANTIFICAÇÃO E ESPACIALIZAÇÃO DA DEMANDA

A demanda é dinâmica, podendo ser aumentada, diminuída ou alterada em função das diversas influências que sofre, inclusive da oferta, pois depende ainda da adequação dos serviços oferecidos aos interessados ou às necessidades da população-clientela, e correspondendo à existência, procura ou aceitação de determinados serviços relacionados à população envolvida.

Esse fato está diretamente relacionado à percepção da realidade, sendo, por isso mesmo, causa de muitos equívocos no planejamento da rede escolar, decorrentes do insuficiente conhecimento do objeto em estudo.

Nesse sentido, é necessário atentar para o comportamento da sociedade onde a educação se desenvolve, identificando as variáveis passíveis de alterar a demanda nos diferentes níveis de ensino.

Concorrem para isso fatores como mudanças sócio-culturais, ou políticas que, direta ou indiretamente, interferem nas exigências e expectativas da própria população com relação ao ensino.

A demanda escolar também reflete as mudanças sócio-culturais, determinantes das transformações na estrutura familiar e comunitária. Ela oscila de acordo com a situação econômica de cada família, pois depende do número de membros envolvidos com atividades ligadas a complementação salarial.

Depende, ainda, das metas traçadas pelo Governo, nos seus diferentes níveis - federal, estadual e municipal - porque ela pode ser estimulada ou reprimida, conforme conveniências e interesses de antureza político -ad

ministrativa, muito embora uma vez iniciado um processo de estimulação, seja difícil sua retenção.

Por isso mesmo, em nenhum nível de ensino, a demanda é igual ao número de crianças na faixa etária para qual o serviço se destina, embora possa aproximar-se dele, como no caso do 1º Grau.

Verifica-se, assim, que a demanda pode ser:

- . teórica ou potencial, partindo da hipótese de que, em determinada faixa etária, uma população, ou parte dela, deverá ter acesso aos serviços destinados a ela, segundo metas da política educacional;
- . real ou efetiva, considerando a evolução da procura, enquanto número e característica dos usuários. Corresponde, de fato, à clientela do serviço, com todos os desvios com que ela se apresenta.

Assim, o esforço do planejamento será o de aproximar, gradativamente, as duas demandas, até que, numa situação ideal, toda a demanda potencial seja atendida, em serviços próprios, constituindo-se demanda efetiva.

Entretanto, por força da limitação de recursos, a Administração Pública vem selecionando, dentro desse universo de demandas - potencial e efetiva - aquela parcela que lhe merece atenção prioritária. Na atual administração, essa prioridade está voltada ao atendimento das populações de baixa renda, em cada localidade.

Assim, dentro da metodologia adotada, escolheu-se como demanda aquela que resulta do exame da composição da renda da população e do comportamento das matrículas e suas faixas, de modo a se ter em cada área:

- . estimativa da população na faixa etária;
- . estimativa da demanda em 1980 e 1984, em função das tendências até

agora apontadas nas matrículas;

- . participação relativa da demanda proveniente das famílias de baixa renda;
- . espacialização dessa população, com estimativa de densidade.

Considerando-se ainda a relativa estratificação dos valores dos terrenos em áreas urbanas, é fácil espacializar-se a população de baixa renda, em cada cidade, através de padrões de habitação e de condições de infra-estrutura existentes em cada bairro.

A rigor, cada comunidade apresenta características próprias, e consequentemente, necessidades educativas próprias.

Entretanto, embora sejam poucos os dados capazes de caracterizar a demanda de cada comunidade, a situação de carência das populações de baixa renda praticamente leva à padronização de necessidades e exigências em quase todas as comunidades que se refletem em:

- . atraso no desenvolvimento bio-psíquico e cognitivo da criança, em função das condições de vida da família e do ambiente e problemas de desnutrição e de saúde;
- . demanda sempre crescente, porém, com defasagem de idade;
- . expectativas de complementação indireta da renda familiar, através de escola (material, alimentação etc);
- . pouca ou nenhuma participação comunitária nas decisões que envolvem a escola e seus usuários, desinformação sobre os poucos serviços que lhe são oferecidos,

Assim, essa caracterização, ainda que genérica, deve ser considerada, ao ser estimada a demanda, tanto para adequação curricular, quanto para as demais programações que lhe são complementares (como saúde, alimentação), que, por sua vez, definem materiais, equipamentos e ambientes próprios para as escolas da periferia social, tanto nas zonas urbanas quanto nas rurais.

Os procedimentos adotados para a estimativa da demanda encontram-se no Anexo I do *Estudo de quantificação e caracterização da demanda, segundo níveis de ensino, para os Municípios de Cachoeiro do Itapemirim, Linhares, Colatina, Nova Venécia e São Mateus - Instituto Jones dos Santos Neves - 1980.*

3.

SITUAÇÃO DA REDE ESCOLAR

Teoricamente, um conjunto de escolas constitui uma rede quando há uma articulação entre elas, de forma a se constituir numa unidade de objetivos fins, destinada ao atendimento de uma mesma população.

A constituição de uma rede de ensino pressupõe a continuidade de atendimento ao aluno, possibilitando sua formação, através de diferentes níveis de ensino e de programas que, no mínimo, sejam integrados, embora nem sempre seja desejável uma seriação de turmas.

Soma-se a isso o fato de a formação e o aperfeiçoamento de professores se constituírem em segmentos indissociáveis à proposta de ensino, em cada nível, desde o atendimento infantil até o 3º ciclo.

Por isso mesmo, a constituição de uma rede não deve estar dissociada de uma Política de Pessoal, que oferece ou não condições de emulações e estímulos para funcionários envolvidos - professores, administradores ou serviços - estabelecendo-se critérios para seleção e convocação de elementos efetivamente interessados no processo educativo e naquela população.

Entretanto, uma análise do sistema educacional revela que essas metas estão longe de serem atingidas. Os prédios escolares da rede de ensino são reflexos fiéis dos serviços educativos que são oferecidos à população. Nesse sentido, não é gratuitamente que as escolas estejam situadas nos piores locais dos bairros pobres e em terrenos inadequados; também não é espantoso o estado sanitário e de depredação de muitos prédios e nem é estranho que as escolas sejam inadequadas.

Na realidade, os prédios correspondem exatamente à oferta real e efetiva do sistema educacional para atendimento à população e não a proposta ou intenção teórica constante em documentos e discursos. Tal fato se substancia na distribuição desigual de recursos, na composição orçamen

tária do próprio Estado, no inchamento da cúpula administrativa, na pouca atenção e acompanhamento à prática que se verifica na escola.

Consubstancia, também, no despreparo e nas condições precárias de base, no desconhecimento dos técnicos, ligados às construções escolares, das necessidades educativas ou das características de uso das escolas; na pouca possibilidade de participação comunitária; na política de pessoal e de salários, que deronra o professor e o burocratiza, sem tratá-lo como profissional; na irrealidade das propostas teóricas, quase sempre inaplicáveis à realidade dos recursos financeiros, humanos e materiais.

Nesse contexto, a rede de prédios escolares deve ser examinada, prioritariamente, segundo a demanda e os programas que deveriam ser desenvolvidos junto à população e, depois, ao estado físico propriamente dito.

Em relação à demanda, os prédios escolares estão localizados no território, identificado como área escolar, pelos seus obstáculos, sendo examinados segundo:

- . distância/acessibilidade;
- . capacidade/matricula;
- . propriedade/entidade mantenedora;
- . ambientes existentes.

Em relação ao estado físico, segundo:

- . situação/terreno e área construída;
- . infra-estrutura;
- . material principal de construção/ano de construção;
- . áreas dos ambientes;
- . condições de preservação.

Verifica-se, assim, que a programação e a construção dos prédios escolares quase sempre não obedece às necessidades pedagógicas e, o que é mais grave, ao suprimento das necessidades maiores da população escolar e,

dessa forma, apresentando deficiências em todos os aspectos, a saber:

- . déficit de vagas;
- . má localização e programação da rede, resultando em prédios superdimensionados, que aumentam a distância a percorrer, ou de prédios subdimensionados, em terrenos exíguos, em áreas densas ou de crescimento acentuado, indicando falta de previsões e planejamento, anteriores;
- . má qualidade da construção, indicando precariedade de projeto e de fiscalização;
- . inadequação dos ambientes, indicando desconhecimento, por parte de engenheiros ou arquitetos, que os projetaram, do tema *escola*, confundindo-o com um *estacionamento de pessoas*, sem qualquer finalidade pedagógica;
- . má conservação dos prédios e má utilização dos espaços não construídos, indicando falhas no planejamento geral da SEDU, no que se refere à elaboração dos orçamentos Programa e Plurianual de Investimentos e no comportamento dos usuários, que não se apropriam da escola como um patrimônio coletivo e, portanto, algo a ser preservado.

3.1. LOCALIZAÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES NAS ZONAS URBANAS E ACESSIBILIDADES

A distribuição espacial da população urbana no território tem uma estreita vinculação com a renda familiar, as oportunidades que o mercado de trabalho oferece e a valorização imobiliária trazida pelos serviços e equipamentos públicos.

Assim, constitui fato indiscutível a espacialização heterogênea da população e a expulsão crescente das famílias de baixa renda para áreas periféricas de ocupação recente ou para as favelas, destituídos de qualquer benefício urbano.

Por outro lado, pela obrigatoriedade e gratuidade do ensino de 1º Grau, previstas na Lei 5.692/71, a oferta de vaga deveria ser equivalente à demanda, nas escolas públicas, abolindo-se assim a falta de vagas como um *dos motivos pela não frequência à escola*, principalmente da população de baixa renda.

Para estas crianças, que constituem a parcela maior dos escolares e que apresentam fenômenos de repetência e evasão torna-se necessário estabelecer um tratamento específico que as possibilite suprir as deficiências do meio familiar e social.

É necessário que a SEDU procure intervir nas diferentes causas que expulsam a criança da escola, assegurando-lhe não apenas o acesso, mas principalmente a permanência do aluno no sistema educativo, através de ações pedagógicas diretas ou complementares:

- . ampliação da rede pré-escolar;
- . adequação do currículo;
- . distribuição de material;
- . alimentação complementar;
- . assistência médico-odontológico e nutricional;
- . professores preparados para o atendimento dessa população, com estimúlos diversos, segundo uma nova política de pessoal e de salários;
- . material de ensino-aprendizagem adequado e sugestivo;
- . utilização de novas metodologias;
- . programas especiais de recuperação e aceleração;
- . localização das unidades escolares que garanta a acessibilidade física e sócio-econômica dos alunos;
- . subsídio ao transporte escolar, principalmente para os alunos de 5^a a 8^a séries, em áreas de baixa densidade.

Em termos de rede escolar, a simples oferta de vagas não é suficiente.

Verifica-se que a acessibilidade constitui uma das exigências básicas para que estas vagas sejam utilizadas, principalmente, para as faixas etárias menores e ainda para a continuidade escolar.

Considerando-se o ensino pré-escolar e o 1º Grau, a acessibilidade está relacionada, inicialmente, com a distância e com os obstáculos - naturais ou artificiais - que a criança de 4 a 11 anos tenha de percorrer a pé.

Acima dessa idade, normalmente, pode-se pensar que a criança ou o adolescente tenha condições de percorrer distâncias maiores, a pé ou por meio de transporte coletivo e de enfrentar obstáculos mais significati-
vos.

Mas a acessibilidade envolve igualmente situações de heterogeneidade sôcio-cultural muito acentuados que - embora não desejável - chega a criar obstáculos para o ingresso e permanência de crianças provenientes de

grupos menos favorecidos.

Assim, uma área escolar, para o Pré e para o 1º Grau, será definida por uma ocupação relativamente homogênea e pelos obstáculos físicos mais significativos como autovias, avenidas de grande movimento, ferrovias, rios, áreas alagadas ou pantanosas, vãos de ocupação, ou de topografia acentuada e fundos de vale não tratados.

A preocupação pela homogeneidade de ocupação deve-se aos obstáculos que se interpõem entre a família e a escola, e, conseqüentemente, levam à dificuldade de matrícula e permanência da criança num meio hostil. Significa ainda que, numa decisão entre duas áreas, a prioridade de localização da escola será para aquela ocupada pela população de renda mais baixa, a fim de favorecer a acessibilidade das crianças oriundas dessas famílias.

Dentro de cada uma dessas áreas, de contorno variável, haverá, portanto, uma distribuição provável da população e as escolas nelas instaladas têm influência sobre a população do seu entorno, em função de sua capacidade de instalada e da densidade demográfica daquela área.

Considera-se internacionalmente que a distância máxima a ser percorrida a pé, para crianças de 4 a 6 anos, é de 500 metros e, de 7 a 14 anos, 1.500 metros; para os maiores considera-se a distância equivalente ao tempo-percurso de 15 minutos em transporte coletivo ou, aproximadamente, 7 1/2km, à média de 30km/h.

Ressalta-se, pois, a inconveniência de se agrupar unidades escolares destinadas a crianças de faixas etárias tão diversas - 4 a 14 anos - embora aparentemente possa apresentar uma economia de investimentos.

Na realidade, a necessidade de terrenos com áreas maiores, a diminuição obrigatória das distâncias e os custos de manutenção de escolas maiores, parece não compensar a economia com a obra.

Há porém, situações que levam à agregação de pré-escolas em unidades escolares do 1º Grau, ou desta para as de 2º Grau, visto cada nível representar sempre um número maior de equipamentos necessários em relação ao nível seguinte em função das demandas decrescentes e dos raios de acessibilidade.

Esquemáticamente, pode-se visualizar a rede de pré, 1º e 2º Graus, conforme gráficos a seguir:

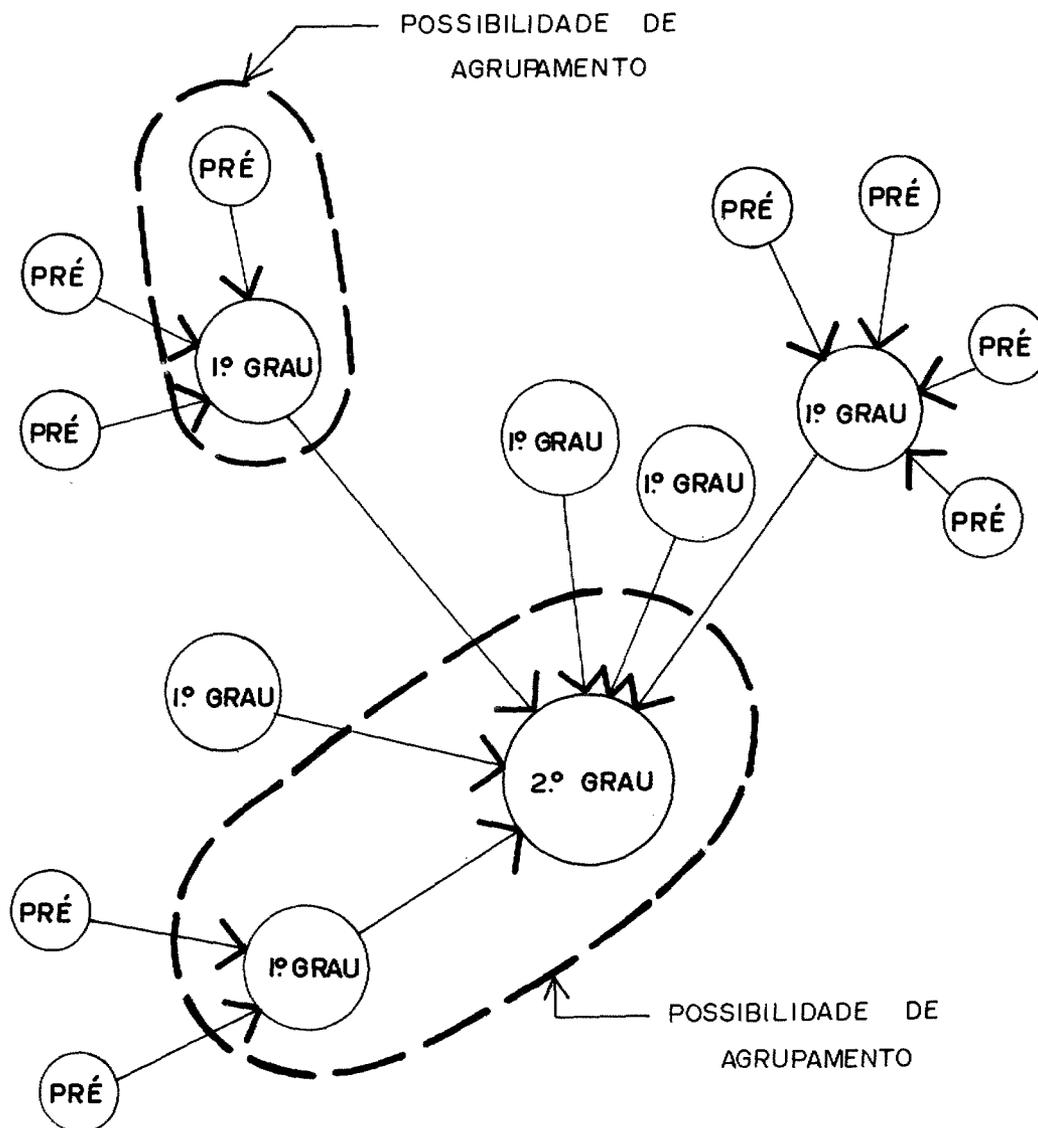
GRÁFICO 1 - REDE DE PRÉ, 1º E 2º GRAUS

NÍVEL DE ENSINO	CAPACID. MAX. POR PERÍODO	N	INFLUÊNCIA	RAIO DE ACES- SIBILIDADE
P _{re}	300	600 (2)	Estritamente local e próximo à habitação	500m
1º Grau	800 (economicamente indicado)	1.600 (2)	Local e de acesso fácil à habitação	1.500m
	1.200	2.400 (2)		
2º Grau	1.200	3.600 (3)	Regional de fácil acesso para os locais de trabalho ou de vias arteriais e principais	7.500m

(N) - Capacidade total em n períodos de funcionamento.

GRÁFICO Nº 2

RELAÇÃO ENTRE ESTABELECIMENTOS DE DIFERENTES NÍVEIS



A demanda para o 2º Grau depende de fatores bem mais amplos de comportamento do mercado de trabalho, dos níveis de renda da população da valorização do técnico de grau médio e do quadro e fluxo do sistema escolar no 1º Grau que através do número de concluintes constitui importante gerador de matrículas da série inicial. Em outras palavras, o comportamento da demanda do 2º Grau é condicionado mais diretamente pelas políticas de desenvolvimento econômico, pelas possíveis intervenções do Estado nos diferentes setores da economia e, em consequência, também nas políticas setoriais do que das interferências diretas do sistema educacional.

A diversidade de habilitações oferecidas, se vinculadas intimamente às reais possibilidades de emprego e de valorização das categorias profissionais delas decorrentes, muito provavelmente afetaria o tipo e o volume da demanda, embora permanecesse a procura para a formação que leva ao 3º Grau.

Tal situação pressupõe a existência de um planejamento efetivo da educação, integrado à política econômica do País e do Estado, de modo a assegurar a adequação de cursos e de currículos às necessidades mais diretas de sobrevivência da população e da mão-de-obra específica para o mercado de trabalho; sugere ainda uma seleção aparentemente mais justa de candidatos ao 3º Grau, ao longo do 1º e 2º Graus, embora esta seleção, mais do que nunca, continue sendo econômica.

Quantificada a demanda geral, por município, segundo as hipóteses consideradas no item 2.2 e anexo I citado, resta a questão da distribuição possível da mesma e principalmente das condições da oferta.

Em primeiro lugar, o equipamento de 2º Grau tem influência regional, exatamente pela vinculação entre a programação dos cursos e vagas oferecidas e as metas da política econômica - incluindo, portanto, as condições do mercado de trabalho - e pela possibilidade da clientela encontrar - se longe da sua área de moradia.

Nessas condições, a localização do equipamento de 2º Grau deverá obedecer aos critérios de fácil acessibilidade inter-áreas ou de maior proximidade à clientela que trabalha, supostamente indicada pelos efetivos dos cursos noturnos, deixando a demanda dos cursos diurnos preferencialmente para o atendimento nas escolas de 1º Grau existentes, quer pela complementação/ampliação desses prédios, quer pela utilização dos mesmos num 3º período, nas proximidades dos locais de habitação.

Em segundo lugar, exige-se uma flexibilidade maior de instalações e de uso e composição do espaço para que se torne possível oferecer no mesmo prédio, cursos diferentes, conforme necessidade própria da região, em cada período.

Tratando-se, ainda, de equipamento de custo de investimento inicial e de manutenção comparativamente mais altos é de se apontar para a conveniência de dimensioná-lo segundo critérios de utilização plena, atendendo complementarmente a outros serviços ou a outros níveis de ensino.

A programação dessas novas unidades exige uma definição prévia da SEDU e, possivelmente, da Secretaria de Planejamento, quanto às áreas de habilitação e número de vagas que interessa ao Estado oferecer ao 2º Grau, bem como as regiões em que estas escolas melhor serviriam.

3.2.

CAPACIDADE INSTALADA DA REDE EXISTENTE
E ÁREAS DE INFLUÊNCIA

A rigor, a determinação da capacidade instalada exige um conhecimento de talhado dos prédios que compõem a rede escolar, para se poder indicar quais as unidades que deveriam ser reformadas, adaptadas, ampliadas ou mesmo desativadas.

Tal preocupação justifica-se pelo fato de que a simples informação sobre o número de salas não indica as condições de permanência ou habitabilidade, e muito menos, o número de alunos que podem ser atendidos nas mesmas.

Estendendo-se ainda da sala de aula para as demais áreas complementares de ação pedagógica e de vivência do aluno, as poucas informações existentes podem criar um quadro aparentemente satisfatório que, não apenas falseia a realidade, como são um dos causadores diretos da falta de estímulo para a permanência e dedicação ao trabalho de alunos, professores e funcionários, na medida em que se esquece a finalidade última do processo educativo - desenvolvimento do indivíduo - e transforma a escola em *mero estacionamento dirigido e repressivo de adultos e crianças*"; nem mesmo pode-se assegurar o seu funcionamento como simples abrigo, das as condições frequentes de desconforto, falta de higiene e de segurança.

Essa ignorância sobre as condições reais das escolas impede uma ação adequada e planejada da própria Administração Pública.

Contudo, a própria metodologia proposta aponta a possibilidade de conhecer a realidade, através de aproximações sucessivas e mais ainda, atra

vês da participação mais direta da população, o que vale dizer, do contacto frequente e direto de técnicos e políticos com esta realidade.

Assim sendo, cabe defendê-lo, de um lado, a organização gradativa de um cadastro de prédios escolares, e de outro a adoção de alguns indicadores de atendimento satisfatórios para possibilitar o cálculo prévio da capacidade instalada de cada prédio.

Adotou-se como hipótese, as seguintes condições:

- para o 1º e 2º Graus, as salas de aula comuns costumam inicialmente as áreas em que se desenvolvem a maior parte das atividades da escola e, portanto, também de maior permanência de crianças e professores; considerou-se ainda, o tipo de movimentação, de relacionamento e de mobiliário mais frequentes, resultando no indicador área/aluno de $1,5m^2$, e com máximo de 40 alunos/classe;
- nas salas ou ambientes especiais, o mesmo indicador resulta em $3,0m^2$ aluno em função das áreas ocupadas por equipamento ou mobiliário espe^{ci}ais e sua extensão, para o uso e segurança. O máximo admitido é de 20 alunos/classe, excetuada a sala de desenho que poderá atender até 40 alunos;
- as áreas que ultrapassam $60,00m^2$, foram desconsideradas, uma vez que a ampliação de áreas não implica no aumento paralelo do atendimento de alunos/classe, em função da estrutura de seriação e de padrão aceito de 40 alunos/classe;
- para a pré-escola, considerou-se o padrão de 30 alunos/classe, indicador aceito e proposto pelo próprio MEC, em função das características da população na faixa etária de 4 a 6 anos;
- para o 2º Grau, considerou-se o índice unificado de $1,5m^2$ /aluno;

- para a distribuição relativa da capacidade de cada prédio, por nível de ensino, adotou-se a participação correspondente na matrícula efetiva de 1980.

Em função da capacidade instalada e da densidade população da área educativa, pode-se definir uma área teórica de influência ou de entorno do equipamento, cujo raio é resultante da equação:

$$R = \sqrt{\frac{m}{\delta \Pi}}, \text{ em que a } \delta = \frac{\text{Demanda}}{A_s}$$

Nesta equação,

A_s = área dos setores de influência provável da escola

Demanda = demanda dos setores envolvidos (pop. 7 a 14 anos)

m = capacidade teórica ideal da escola

As adaptações são conseqüências da existência de um ou mais obstáculos que interferem na acessibilidade da área escolar e na área de influência da escola e o raio de influência real ou efetiva, resultante da substituição da capacidade teórica ideal da escola pelo valor da matrícula efetiva dos mesmos setores componentes da área educacional, no ano considerado (1980, no presente trabalho).

$$R_o = \frac{R}{\Pi} \left[(\theta - \Pi) + \sqrt{(\Pi - \theta)^2 + \Pi(3\Pi - \theta - \text{Sen}\theta)} \right]$$

onde:

θ = ângulo formado pelos limites do obstáculo e a escola (centro do círculo) em radianos.

$$R = \sqrt{\frac{m}{\delta \Pi}}, \text{ anteriormente encontrado}$$

Os círculos resultantes da aplicação destes raios constituem apenas artifícios gráficos para facilitar a identificação visual dos vazios de atendimento e a proporção desses vazios, em cada setor e no conjunto dos setores.

Trata-se de uma área de influência teórica, pois, qualquer condição de acessibilidade (transporte coletivo, por exemplo) ou de obstáculo (topografia) pode alterar a forma real dessa mesma área.

3.3.

SITUAÇÃO GERAL DA REDE ESCOLAR NA ZONA RURAL

O comportamento das matrículas, nas escolas da zona rural, dos cinco municípios analisados, apresentam um decréscimo de 15,5% entre 1976 a 1980, com exceção de São Mateus, que se mostra estável. Esse comportamento reflete as condições de transformação econômica na zona rural, que resultam no decréscimo populacional constatado não apenas através das matrículas, mas confirmado pelas informações preliminares do Censo de 1980.

QUADRO 2

ZONA RURAL

TOTAL DAS MATRÍCULAS INICIAIS - 1976 a 1980 NOS MUNICÍPIOS DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, COLATINA, LINHARES, NOVA VENÉCIA E SÃO MATEUS

SÉRIES ANOS LETIVOS	1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a	5 ^a	6 ^a	7 ^a	8 ^a	TOTAL
1976	15576	7534	5533	4315	264	239	228	180	33869
1977	16172	7530	5524	4233	391	278	287	246	34661
1978	14821	7383	5509	3816	434	249	200	192	32604
1979	13916	7409	5303	4191	360	306	203	170	31858
1980	12890	6331	4759	3715	366	260	179	135	28635

Fonte: SEDU/DADE

Núcleos Regionais

Apesar desse decréscimo geral, nos núcleos rurais analisados isoladamente, verifica-se um crescimento causado pela distribuição da população rural que aparentemente ocupa áreas de acessibilidade relativamente fácil para as escolas desses núcleos.

QUADRO 3

QUADRO COMPARATIVO ENTRE DEMANDA E MATRÍCULA EM ALGUNS NÚCLEOS NO MUNICÍPIO DE LINHARES - 1980

NÚCLEO	POP. ESTIMADA 7 - 14 ANOS 1980	DEMANDA DE 1º GRAU ESTIMADA 1980	MATRÍCULA EFETIVA 1980
Desengano	100	118	136
Rio Quartel	20	27	160
Farias	53	58	151
Juncado	191	116	136
Pat. da Jurana	29	33	89
S. Jorge da Barra Seca	115	132	202
Palmas	18	19	58
Santo Hilário	16	18	47
Co. Japira	27	30	61

Fontes: SEDU/DADE

Estudo de Quantificação e Caracterização da Demanda Educacional, segundo níveis de ensino para os municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, Linhares, Nova Venécia e São Mateus, Vitória, 1980, IJSN.

Por isso mesmo a localização das unidades rurais apresenta frequentemente um quadro de pulverização, nem sempre justificável quer por distâncias, quer por acessos, sugerindo a possibilidade de junção de duas ou mais escolas unidocentes em escolas mais completas.

Todos os problemas apontados para as escolas da zona urbana, continuam em maior escala nas escolas da zona rural.

A situação de precariedade se agrava ainda mais quando examinada a rede escolar, no que se refere à população atendida pela escola; observa-se que há menor consciência dos seus direitos; menor experiência de participação coletiva; menor exigência qualitativa, em relação ao sistema escolar; maior dependência aos poderes econômico e político locais e, portanto, menor possibilidade de pressões em busca de transformações com vistas ao desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida.

Também a evasão nas quatro primeiras etapas apresenta índices maiores e para os 5 municípios, pode-se apontar as taxas seguintes:

QUADRO 4

EVASÃO NAS 5 PRIMEIRAS SÉRIES NAS ÁREAS RURAIS DOS MUNICÍPIOS DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, COLATINA, LINHARES, NOVA VENÉCIA E SÃO MATEUS.

ANO	SÉRIES									
	1ª		2ª		3ª		4ª		5ª	
1976	15576	100,0								
1977	16172	100,0	7530	48,3						
1978			7383	45,6	5509	35,5				
1979					5303	32,8	4191	26,9		
1980							3715	22,9	366	2,3

Fontes: SEDU/DADE

Núcleos Regionais de Educação.

Além desta acentuada evasão, as escolas apresentam significativo volume de alunos que permanecem na escola por vários anos na mesma série, conforme resposta encontrada entre os alunos na pesquisa efetuada em Linhares.

Enquanto causas internas ao sistema educacional, tanto a evasão, quanto a repetência poderão ser relacionadas com o currículo e com as condições de trabalho dos próprios professores.

De fato, ao lado das razões externas ao sistema escolar, como o desinteresse ou o desconhecimento dos próprios pais e necessidade de se envolver a criança na complementação da renda familiar, as causas próprias da deficiência da escola, ajudam a expulsar ou a reprovar os alunos.

De um lado, a proposta curricular do Estado, basicamente orientada para as zonas urbanas não é propriamente adaptada para a realidade das zonas rurais e poucos são os docentes em condições de fazer esta adaptação a partir dos alunos de sua escola.

Parcela significativa dos professores, com exceção em Cachoeiro de Itapemirim tem apenas o 1º Grau completo ou incompleto, e quando muito o 2º Grau, apesar do esforço de superação através da participação no curso de aperfeiçoamento do Professor não qualificado - APROMT/SEDU.

Embora se identifique entusiasmo e esforço maiores entre os mais jovens, em idade e em carreira, verifica-se que as dificuldades com que se deparam, transformam as atividades de rotina em grandes atos heróicos e que a maioria considera a escola rural uma etapa provisória em sua carreira, aguardando oportunidade de remoção.

Exatamente esse professor da zona rural que, necessitando de uma orientação mais frequente e concreta no seu trabalho, recebe-a apenas através de

reuniões mensais ou bi-mensais nos Núcleos Regionais. Poucas são as possibilidades de se manter uma supervisão regular no local, através de visitas frequentes, pois faltam para tanto, recursos financeiros para o pagamento de transporte, diárias etc.

Esta situação atinge igualmente a distribuição de merenda e o fornecimento do material didático que dependem, quase sempre, exclusivamente do esforço pessoal do professor, sem que exista uma estrutura de apoio que assegure o armazenamento e distribuição automática nas escolas. Por isso mesmo, não se pode falar na existência de uma rede de escolas, na zona rural, pois o que existe é tão somente a escola e a professora, ambos isolados de qualquer apoio institucional.

Assim, as ações e os resultados alcançados ficam restritos ao âmbito interno de cada escola, restringindo-se o fornecimento de merenda, as mudanças de horário, a existência de materiais, interesse pelos alunos, limpeza da escola, à resolução de cada professora.

No entanto, felizmente, para as crianças, ainda há um grande número de professoras com entusiasmo suficiente para procurar atenção, orientação e material junto aos Núcleos Regionais.

Nesse quadro, os prédios escolares geralmente refletem o abandono ou a indiferença das Administrações Centrais, ao longo dos anos, em relação às unidades sob suas jurisdições. Hoje a manutenção das escolas depende mais, dos interesses que a Prefeitura, Comunidade ou professores venham a ter em relação às unidades, do que das intervenções concretas que a SEDU poderia realizar.

A proposta para a recuperação das escolas rurais deve, portanto, estar integrada num projeto de melhoria das condições de vida e de trabalho do professor e da comunidade para o que a recuperação seria utilizada como

elemento catalizador de atividades e debates que envolvam o conjunto dessas pessoas.

Entende-se que o padrão desejado de serviço escolar, essencial para a zona rural, deva assegurar:

- merenda escolar, de preferência utilizando basicamente os produtos da região, complementada, quando for o caso, por nutrientes doados pelo serviço de merenda escolar;
- supervisão à escola, através de visitas periódicas de supervisores do Núcleo, orientando o trabalho das professoras junto à comunidade;
- fornecimento de material escolar básico à *professora e aos alunos*;
- condições físicas de apoio às ações pretendidas, isto é, prédio com água, sanitário com fossa séptica, cozinha, sala e galpão. Pequena área de terreno cercado de qualquer material que impeça a entrada de gado e outros animais no pátio e no interior da escola;
- como equipamento mínimo, dois armários, um na sala para livros e materiais e outro na cozinha, para a guarda de utensílios e alimentos; mesa e cadeira do professor, carteiras para alunos; quadro de giz.

Além das providências materiais diretamente vinculadas às intervenções acima referidas, sugere-se:

- estudar a implantação de estágio obrigatório de 1(um) ano para estudantes universitários, na última série, para trabalho junto a uma escola rural, em convênio com a Prefeitura para assegurar-lhe comida e hospedagem;
- estudar a possibilidade de se assegurar ao professor que atua na zona rural, um estímulo em gratificação por ano/serviço na mesma escola ou

- vantagens na contagem de pontos, em concursos, a partir do 2º ano de serviço;
- o estabelecimento de critério de regionalização para a convocação e seleção de pessoal docente, evitando as indicações que levam professores de outras regiões para a escola, aumentando assim a possibilidade de permanência do professor;
 - orientação e treinamento dos professores no trabalho junto à comunidade;
 - elaboração de orientação a pequenos reparos e construções para o uso das comunidades e das Prefeituras, com especificação de materiais e sistemas construtivo a fim de minimizar as condições de precariedade observadas;
 - estimular o entrosamento entre o núcleo regional e a Prefeitura para o encaminhamento das soluções mais simples de manutenção do prédio escolar e de fornecimento da merenda, a fim de racionalizar a distribuição e de facilitar o trabalho do professor. O próprio núcleo deverá constituir-se em centro ativo de trabalho comunitário e da coordenação das atividades das escolas. Os núcleos regionais deverão organizar subnúcleos que dentro de cada área homogênea, passam coordenar e orientar as atividades das escolas singulares. Estes subnúcleos serão localizados nas áreas onde o agrupamento de 2 ou mais escolas, mostrar-se conveniente.

4.1.

CRITÉRIOS ADOTADOS PARA A INDICAÇÃO DE
PRIORIDADES DE ATENDIMENTO NA ZONA URBANA

Em consequência dos pressupostos adotados na introdução, a ênfase de intervenção da SEDU deve voltar-se para o atendimento prioritário das populações que apresentam hoje, menor renda familiar e, portanto, localizadas em áreas menos favorecidas em bens e serviços. Dentro de uma mesma área, haverá atenção especial para aquela parcela da população que apresenta maiores carências.

Esse tratamento diferenciado estender-se-á a todos os segmentos intervenientes do sistema educacional, se efetivamente o Estado pretende democratizar o acesso da população aos serviços educativos.

A rede escolar, entendida como o conjunto de escolas destinadas a cada nível de ensino, será dedicada, quando pública, primordialmente, à população que não tem outra alternativa de atendimento ou ainda que sacrifica o seu nível de nutrição e saúde para utilizar a rede de escolas particulares, pela inexistência de serviços públicos na área.

A própria demanda pode ser, então, organizada em dois grupos, para fins de priorização, face aos recursos limitados.

- . Prior. 1 - demanda carente, composta pelos diferentes grupos etários, provenientes das famílias de baixa renda moradoras na área;
- . Prior. 2 - demanda total, composta pela população de cada grupo etário, considerada a taxa máxima de escolarização própria para cada grupo e pertencentes à mesma área escolar.

Feita esta primeira distinção na própria demanda, cabe examinar as condições de precariedade da oferta em comparação com o crescimento da própria demanda, da capacidade instalada e da habitabilidade dos prédios existentes.

Para cada situação-fator, adotou-se um peso, de gradação definida, para que o confronto tornasse possível, dentro das mesmas regras.

Dada a pouca informação sobre a habitabilidade dos prédios existentes - condições de conforto, salubridade, conservação, instalação e segurança - adotou-se para o fator, um peso menor, apontando a necessidade de possíveis intervenções em casos específicos.

Por falta de outras informações, considerou-se como hipótese de composição das matrículas do 2º Grau, a permanência da relação entre os diurnos e noturnos, verificados em 80, aplicado a 84, bem como as tendências de atendimento público e particular.

Assim, os deficits diurnos foram considerados como necessidade de ampliação da rede de 1º Grau ou quando acima de 320 alunos - correspondente ao atendimento de 4 turmas de 40 alunos em 2 períodos diurnos, a construção possível de um prédio próprio. Os deficits noturnos somente terão atendimentos pela implantação de novos cursos, em 3º período nas escolas de 1º Grau existentes.

QUADRO 5

SITUAÇÕES - FATORES CONSIDERADOS E PESOS RESPECTIVOS PARA O ESCALONAMENTO DE PRIORIDADES

CÓDIGO	SITUAÇÕES-FATOR INDET.	GRADAÇÃO	PESO
I	Rel. entre matrícula em 80 e a capacidade instalada <u>Matrícula 80</u> Capacidade Instalada	De 1,00 à 1,25	1,0
		De 1,25 à 1,50	2,0
		De 1,50 à 2,00	3,0
		Acima de 2,00	4,0
			PESO MÁXIMO: 4,0
II	Crescimento relativo e participação relativa na demanda total <u>Demanda total 84 x Dem. área (84) x 100</u> Demanda total 80 Dem. total (84)	< 2.0	0,0
		2.0 < x < 5.0	1,0
		5.0 < x < 10.0	2,0
		10.0 < x < 20.0	3,0
		> 20.0	4,0
III	Participação relativa da demanda carente da área no total da demanda de baixa renda do município <u>Demanda car. área (84)</u> Demanda car. total (84)	De 2% a 5%	1,0
		De 5% a 10%	2,0
		De 10% a 15%	3,0
		Acima de 15%	4,0
IV	Inexistência e/ou acessibilidade difícil Para 5ª a 8ª série	Inexistente, mas acessível em outra área com facilidade	0,5
		Inexistente, mas acessível em outra área com dificuldade	1,0
		Inexistente e inacessível em outra área	3,0

continua

continuação

QUADRO 5

SITUAÇÕES - FATORES CONSIDERADOS E PESOS RESPECTIVOS PARA O ESCALONAMENTO DE PRIORIDADES

CÓDIGO	SITUAÇÕES-FATOR INDET.	GRADAÇÃO	PESO
	Para Pré-Escola e 1 ^a a 4 ^a (1º Grau)	Escolas singulares ou pré-escolas funcionando em salas isoladas ou junto a outros e equipamentos coletivos, exceto escolas	2,0 (> 30%)
		Acessibilidade difícil dentro da área, em função da topografia e/ou da distância	3,0
		Inexistente na área	4,0
V	Condições físicas (quando ocorre em mais de 30% de escolas existentes)	Prédio precisando de reforma	0,5
		Prédio precário	1,0
		Barraco	1,5
		Barraco precário (necessitando por hipótese de substituição)	2,0
VI	Deficiências de salas (para 84) Para 1º Grau (para deficit total-prioridade D)	Até 6 salas	1,0
		De 7 a 12 salas	2,0
		De 13 a 18 salas	3,0
		Mais de 18 salas	4,0
	Para Pré-Escola (para deficit carente de 4 a 6 a nos - prioridade A)	Até 4 salas	1,0
		De 5 a 8 salas	2,0
		Mais de 8 salas	3,0

NOTAS AO QUADRO DE SITUAÇÕES-FATORES

- 1) Demanda de 6 anos - prioridade de atendimento, por exemplo, nos critérios para aceitação do aluno. Contudo, não pode ser considerada na estimativa das necessidades de salas para a rede visto o atendimento atual, efetivo, envolver crianças de 3 a 6 anos, ou ainda, nas escolas particulares de crianças menores.
- 2) Demanda carente - considerou-se que a população de baixa renda não tem qualquer alternativa de educação formal, senão na rede pública. Portanto, a esta população dá-se total prioridade, mesmo para o dimensionamento da rede de prédio escolares, embora não se garante através desse critério que efetivamente o sistema lhe assegure matrícula.
- 3) Inexistência do serviço - considerando-se a existência de uma rede pública (estadual ou municipal) e outra particular, e a demanda proveniente da população de baixa renda para a existência do serviço tomou-se como hipótese:
 - para as áreas ocupadas caracteristicamente por populações de baixa renda, a inexistência de escolas públicas, mesmo existindo escolas particulares;
 - para as áreas ocupadas basicamente por populações de média e alta renda, a inexistência de qualquer escola, visto que uma escola particular poderá ser uma alternativa, embora não obrigatória.
- 4) Acessibilidade - da mesma maneira, para as populações de baixa renda especialmente para crianças menores na acessibilidade deve ser consi

derada a possibilidade de alcançar a escola, em caminhada aceitável, da ordem de 500m - para pré - até 1.500m para o 1º Grau, sem necessidade de transporte. Já para as áreas de alta renda, o transporte particular motorizado é uma possibilidade real de acessibilidade.

- 5) A estimativa do número absoluto de salas necessárias para escolas públicas em 1984 sofre uma alteração quando as escolas públicas existentes são de difícil acesso, pois, a capacidade instalada na rede é acrescida por um número de vagas que não pode ser preenchida. Considerou-se, neste caso, como sendo uma situação de deficit localizado.
- 6) Área educacional adotada para o 1º Grau foi mantida para a pré escola, embora pelas características de acessibilidade das crianças menores devesse ser subdividida em áreas menores, já que, esta subdivisão criaria dificuldades maiores no estabelecimento das demandas e dos limites geográficos, próprio de um detalhamento de projetos específicos. Este procedimento apresenta apenas um problema: o deficit geral e o deficit localizado, em função de acessibilidade de subárea.
- 7) Nos casos de ocupação ainda não definida, mesmo quando as informações oficiais confirmaram construções de um alto número de residências, optou-se por sugerir, o acompanhamento do comportamento da população, antes de construir as salas necessárias previstas na demanda.
- 8) A ordem de prioridade indica a urgência de uma intervenção e não a quantidade maior de salas necessárias.

